

A variação -e/-i átono final no galego-português: o testemunho dos Diálogos de São Gregório

The -e/-i unstressed final variation in Galician-Portuguese:
the testimony of the Diálogos de São Gregório

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41636>

Henrique Monteagudo

Catedrático de Filologias Galega e Portuguesa na Universidade de Santiago de Compostela. Doutorado nesta Universidade, foi docente nos cursos de graduação e pós-graduação nas Universidade de Birmingham (RU), Lisboa (UL), City University of New York (CUNY), Buenos Aires (UB), California-Santa Bárbara (UC-SB), Universidade de São Paulo (USP), Federal Fluminense (UFF), entre outras. Os seus principais campos de pesquisa são a História da língua, a Sociolinguística e Glotopolítica e a Edição de Textos, medievais e modernos.

E-mail: henrique.monteagudo@usc.gal
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0682-4524>

RESUMO

Na presente exposição se analisa a variação -i / -e no final de palavra nos cancioneiros trovadorescos e em três textos portugueses em prosa da primeira metade do século XIV (*Flos Sanctorum*, *Diálogos de São Gregório* e *Livro das Aves*), situada no quadro da evolução do sistema linguístico galego-português durante o período 1250-1350. Chama a atenção um traço diferencial entre os subsistemas português e galego medievais que não tem recebido atenção: a manutenção no primeiro do [i] átono em final de palavra do latim como [i] numa série de vocábulos que no segundo apresenta [e]. Coloca-se o foco sobre os clíticos de dativo, *me* (P1), *te - che* (P2), *lle(s)* (P3 e P6) e *xe* (P3-P6ref), formas gerais nos textos galegos, que nos portugueses do século XIV alternam com *mi*, *ti*, *lhi(s)* e *xi* respectivamente. Mostra-se que a variação entre *me* e *mi* se dá no plano morfossintático, pois a primeira forma corresponde ao acusativo, e a segunda ao dativo. Igualmente, repara-se nas desinências da P1 do pretérito perfeito dos verbos com perfeito forte e também da P2 do pretérito de todos os verbos, onde se verifica a variação -e (*dixe*, *amaste - amasche*) / -i (*dixi*, *amasti*). Discute-se a interpretação desse fenômeno de variação e se demonstra que não é meramente gráfico, mas fonético.

Palavras-chave: Galego-português. Português arcaico. Vogais finais. Clíticos de dativo. Prosa literária galego-portuguesa.

ABSTRACT

This paper analyzes the -i / -e variation at the end of word in the troubadour songbooks and in three Portuguese prose texts from the first half of the fourteenth century (*Flos Sanctorum*, *Diálogos de São Gregório* and *Livro das Aves*), against the framework of the evolution of the Galician-Portuguese linguistic system during the period 1250-1350. It draws attention to a differential feature between the medieval Portuguese and Galician subsystems that has not received attention so far: the maintenance as [i] in Portuguese of the Latin unstressed [i] at the end of some words that in Galician present [e]. Focus is placed on the dative clitics, *me* (P1), *te - che* (P2), *lle(s)* (P3 and P6) and *xe* (P3-P6ref), general forms in Galician texts, which in 14th-century Portuguese alternate with *mi*, *ti*, *lhi(s)* and *xi* respectively. It is shown that the variation between *me* and *mi* occurs at the morphosyntactic level, since the first form corresponds to the accusative, and the second to the dative. The desinences of P1 of the past perfect of verbs with strong perfect and of P2 of the past perfect of all verbs, where the

variation is *-e* (*dixe, amaste - amasche*) / *-i* (*dixi, amasti*) are also dealt with. The interpretation of this variation phenomenon is discussed and it is shown that it is not merely graphical, but phonetic.

Keywords: Galician-Portuguese. Archaic Portuguese. Final vowels. Dative clitics. Galician-Portuguese literary prose.

No prefácio da monografia *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, intitulado “Ao leitor, a breve história deste livro”, a professora Rosa Virgínia Mattos e Silva mostra seus primeiros passos como pesquisadora da história da língua¹. Em 1962, ao terminar o curso de Letras na Universidade Federal da Bahia, participou, com outros estudantes de uma equipe dirigida pelo professor Nelson Rossi, da preparação da edição crítica do *Livro das Aves*². Entre 1963 e 1965, realizou a dissertação de Mestrado em Brasília, que culminou numa edição crítica da *Vida de San Bento*, o segundo dos quatro livros dos *Diálogos de São Gregório* (a partir de agora, abreviaremos *Diálogos*), tratado hagiográfico que teve um grande sucesso na Europa medieval, tanto na versão original em latim como através de versões nas distintas línguas, principalmente em galego-português. A edição crítica do conjunto dessa obra foi o objeto da sua tese de Doutorado, apresentada na Universidade de São Paulo, em 1971, ao passo que o seu estudo linguístico descritivo, iniciado quando trabalhava na tese, foi desenvolvido e finalizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos 1979-1981, sob a orientação do professor Celso Ferreira da Cunha, e originou a obra que citamos no começo do parágrafo, que veio à luz em Portugal, em 1989. Esse importante contributo ao estudo do galego-português (denominado pela autora “português arcaico”), e, portanto, à gramática histórica do galego e do português, está no cerne do presente trabalho.

Como ela mesma explica, a distinta professora conheceu três códices (A, B, C) que contêm cada um uma versão romanceada dos *Diálogos*, os três produzidos em Portugal: um, procedente do mosteiro de Alcobaça, é de 1416 (C); outro, talvez do mosteiro da Santa Cruz de Coimbra, é do final do século XIV ou começo do XV (B); finalmente, o mais antigo (A), “sem indicações externas para datá-la, apresenta características linguísticas anteriores aos fins do século XIV”, concretamente, segundo a investigadora, seria anterior a 1385 (MATTOS E SILVA, 1989, p. 32 e 54-60). Os dois primeiros manuscritos estão guardados na Biblioteca Nacional de Lisboa, e o terceiro se encontra na Biblioteca da Universidade de Brasília, que os adquiriu após a prematura morte do seu antigo proprietário, o insigne filólogo Serafim da Silva Neto³. Por sua vez, Silva Neto tinha adquirido em

¹ MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas*. 2 v. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1989, p. 9-11.

² ROSSI, Nelson; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS, Rosa Virgínia; SAMPAIO, Vera Lúcia. *Livro das Aves*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1956.

³ MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um «Flos Sanctorum» trecentista em português*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009, p. 19-20

Portugal o manuscrito junto a outros dois códices que também nos interessarão: o do *Livro das Aves* e o do *Flos Sanctorum*⁴.

De fato, como veremos, os três códices que Silva Neto levou para o Brasil, custodiados hoje na Biblioteca da Universidade de Brasília, estão entre os testemunhos mais valiosos da prosa literária em galego-português daquele século que chegou até nós na versão contemporânea. Por isso, torna-se especialmente importante precisar a sua datação, o que outorga um relevo particular à conclusão a que chegaremos, segundo a qual o período da língua desses textos, ao menos no caso dos *Diálogos* e do *Flos Sanctorum*, é com certeza anterior a 1350, e talvez, no caso deste último, remonta ao primeiro quarto do século XIV. A versão ao galego-português do *Flos Sanctorum* consta, de modo fragmentário, num códice que José Joaquim Nunes considerou do final do século XIV ou do começo do XV⁵, mas que Silva Neto, com fundamento paleográfico, datou do século XIV, datação aceita pelo seu editor mais recente⁶. A versão do *Livro das Aves*, da qual Mattos e Silva foi coeditora, chegou também a nós em estado fragmentário e testemunha um estágio de língua também datado no século XIV (ROSSI *et alii*, 1965, p. 10-13).

Posteriormente, foi descoberto outro códice dos *Diálogos* em português, do final do século XIV ou início do XV (D), hoje guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que foi recentemente editado pelo professor Américo Venâncio Lopes Machado Filho⁷. Como já deixamos indicado, aqui nos vai interessar a versão mais antiga dos *Diálogos de São Gregório* (A), a que foi estudada por Mattos e Silva na sua monografia *Estruturas trecentistas* (1989) e considerada por ela anterior a 1380⁸. Não temos acesso direto à edição que a pesquisadora preparou. Contudo, felizmente, o professor Machado Filho disponibilizou na internet uma edição semidiplomática desse texto realizada a partir da que Rosa Virgínia preparou, que é plenamente válida para o nosso propósito⁹. Esse texto se constituirá numa referência para o nosso trabalho. Devemos agradecer a Machado Filho as facilidades que gentilmente

⁴ SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e cultura, 1956, p. 104-106.

⁵ NUNES, José Joaquim. Textos antigos portugueses. *Revista Lusitana*, n. 25, p. 231-250, 1925 p. 232.

⁶ MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um «Flos Sanctorum» trecentista em português*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009, p. 19-25.

⁷ MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Diálogos de São Gregório*. Edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: Edufba, 2008, p. 21-35.

⁸ MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Diálogos de São Gregório*. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 215-216.

⁹ MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Diálogos de São Gregório*: edição semidiplomática, 2015. Em nota a esta edição dá-se a seguinte informação: “A edição de base utilizada foi a elaborada por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1971), cuja identificação numérica adotada se mantém. Esta é uma leitura semidiplomática, de compromisso, adequada para trabalhos voltados a estudiosos sobre a Idade Média e do português arcaico e pesquisas linguísticas nos níveis do léxico, da morfologia, da morfossintaxe, da sintaxe e do discurso [...] As intervenções realizadas foram as mais conservadoras possíveis para este tipo de edição, concentrando-se, no geral, em intervenções grafêmicas, pontuacionais e vocabulares, estas no que concerne à separação e união de unidades, em razão do original”.

nos proporcionou para a consulta e o manuseio dos seus trabalhos, em particular os suportes digitais dessas edições dos *Diálogos* e do *Flos Sanctorum*.

A questão objeto desenvolvida ao longo do nosso texto toca em dois pontos do estudo linguístico de Mattos e Silva. Em primeiro lugar, ao tratar da variação -e / -i átonos em final de palavra (MATTOS E SILVA, 1989, p. 73-75), a linguista faz referência a formas como *tardi*, *ameudi*, *sanguí* e *alti* e chama atenção para o morfema de número-pessoa da P2 do pretérito perfeito *-sti* (*amasti*) e as formas da P1 como *soubi*, *trouxi*, *ouvi*, *pudi*, as segundas pessoas do imperativo dos verbos da segunda conjugação (por exemplo, *bevi*, *colhi*, *screvi*, *temi*) e a série de pronomes pessoais átonos *me - mi*, *te - ti*, *se - si - xi*, *lhe - lhi* e *lhes - lhis*. Posteriormente, retomam-se estas últimas na seção dedicada à morfossintaxe dos pronomes pessoais (Ibidem, p. 214-217). Diante das variantes em -i, Mattos e Silva se mostra indecisa entre interpretá-las como simples grafias de tipo etimológico, imitadoras do latim, ou como reflexo de um fato fonético, definido de um modo pouco claro: “a articulação alta da vogal final, que não seria nem a do *e* nem a do *i*, quando em posição acentuada” (Ibidem, p. 75 e 216). Precisamente, o objetivo do nosso estudo é esclarecer essa questão, o que nos conduzirá à consideração do sistema dos clíticos de P1, P2 e P3/P6, pelas razões que rapidamente se verão.

Os subsistemas galego e português do clítico da P1 nos cancioneiros trovadorescos

Antes de fazermos uma breve revisão das pesquisas sobre o nosso assunto nos estudos de gramática histórica, e para uma melhor compreensão dos complexos aspectos gramaticais da variação no caso do clítico da P1, em que se entrecruzam as variantes fônicas com os paradigmas morfológicos e as funções sintáticas, partiremos de uma sumária análise da situação que apresentam os textos trovadorescos produzidos, como se sabe, entre 1200 e 1350 aproximadamente. O cotejo entre as duas versões deles permitirá ilustrar o contraste entre o subsistema galego, mais simples, documentado pelo *Cancioneiro da Ajuda* (A), e o subsistema português, mais complexo, documentado pelos apógrafos italianos, *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (B) e *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* (V). Vejamos cinco fragmentos de composições trovadorescas, conforme o texto que oferece o *Cancioneiro da Ajuda*:

- 1a. Punnei eu muit'en *ME* guardar / quant'eu pude de mia sennor / de nunca 'n seu poder entrar / pero forçou-*MI*-o seu amor / e seu fremoso parecer (Johan Soayrez Somesso, A 21)

- 2a. Se eu podesse desamar / a que *ME* senpre desamou, / e podess' algun mal buscar / a quen *me* senpre mal buscou. / Assi *ME* vingaria eu, / se eu podesse coita dar / a quen *me* senpre coita deu / [...] Mays rog' a Deus que desampar / a quen *m'* assi desanparou (Pero da Ponte, A 289).
- 3a. E veerá mui gram prazer/ quando *M'*agora vir morrer (Johan Lopez de Ulloa, A 208)
- 4a. Se Deus *me* leix' aver / dela ben e *me* mostr' o seu / bon parecer, que lle Deus deu / por ja senpr' a min mal fazer / [...] / E vedes que *mi*-ar fez poren: / fez-*mi*-a veer (Pero Garcia Burgales, A95).
- 5a. tolle-*mi*-o corpo [...] que *mi*-á mays a toller? / [...] Ca esta dona *me* tolleu poder / de rogar Deus, e fezo-*me* perder / pavor de morte que ant'eu avia (Pero Garcia Burgales, A104)
- 6a. Sennor, o mal que *m'* a min faz Amor / e a gran coita que *ME* faz sofrer / a vó-lo devo muit' a agradecer / e a Deus que *me* vos deu por sennor, / ca ben-o faço desto sabedor / que por al non *mi*-o podia fazer (Fernan Vello, A 263).

Como se observa nos exemplos acima, nesse sistema o pronome clítico da P1 tinha uma forma plena *me* e duas formas antevocálicas (nos exemplos, diante das vogais a- e o-), que representamos graficamente como *m'* (alomorfe reduzido) e *mi*- (alomorfe ligado), e que nos códices aparecem como <m> e <mi>. No caso deste último, o <i> representa uma semivogal, de modo que a forma fônica correspondente seria [m̩]. O sistema gráfico do *Cancioneiro da Ajuda* não tem recursos específicos para a representação da semivogal, de maneira que o grafema <i> e o alógrafo <y> representam indistintamente a vogal ou a semivogal, se bem que o segundo é empregado com relativa frequência para representar a semivogal nos segmentos <ay>, <ey>, <oy> e <uy>. Essas observações são fundamentais para que se entenda o que explicaremos mais adiante.

Definitivamente, essa única forma {me}, com os dois alomorfes {m̩}, ligado, e {m}, reduzido, podia funcionar indistintamente como acusativo (destacado em versaletes) ou como dativo (destacado em negrito). Vamos nos concentrar nos alomorfes: nos fragmentos 1a-3a se veem exemplos de *mi* e *m'* como complemento direto (“forçou-*mi*-o seu amor”, “a quen *m'*assi desanparou”, “quando *m'*agora vir morrer”), enquanto nos fragmentos 3a-5a há vários exemplos de *mi* e um de *m'* como complemento indireto (“vedes que *mi*-ar fez enton”, “o mal que *m'*a min faz Amor”).

Reparemos agora na versão dos fragmentos anteriores que B / V oferecem:

- 1b. Punhei eu muyt'en *ME* guardar / quant'eu pudi de mha senhor / de nunca en sseu poder entrar / pero forçou-*MH*-o seu amor / e seu fremoso parecer (Johan Soayres Somesso, B 114).

- 2b. Se eu podesse desamar / a quen *ME* sempre desamou, / e podess' algun mal buscar / a quen *mi* sempre mal buscou. / Assi *ME* vingaria eu, / se eu podesse coita dar / a quen *mi* sempre coita deu [...] Mais rog' a Deus que desenpar / a quen *MH*-assi desemparou (Pero da Ponte, B 980 / V 567).
- 3b. E veerá muj gram prazer / quando *M'agora* vir morrer (Johan Lopez d'Ulloa, B359).
- 4b. Se Deus *mi* leix' aver / dela ben e *mi* mostr' o seu / bon parecer, que lhi Deus deu, / por ja sempre *mi* mal fazer / [...] / E veedes que *m'*-ar fez poren: / fez-*mh*-a veer (Pero Garcia Burgales, B202).
- 5b. tolhe-*m'*o corpo [...] que *mh*-á mais a tolher? [...] Ca esta dona *mi* tolheu poder / de rogar a Deus, e fez-*mi* perder / pavor de morte que ant'eu avia. (Pero Garcia Burgales, B212).

Como se pode comprovar, nesses casos se distinguem duas formas plenas, uma de acusativo {me} e outra de dativo {mi}, enquanto os alomorfes antevocálicos {m} e {m̄i} funcionam indistintamente como acusativo (“forçou-*mh*-o seu amor”, “a quen *mh*-assi desemparou”, “quando *m'agora* vir morrer”) ou como dativo (“veedes que *m'*ar fez poren”, “fez-*mh*-a veer”, “tolhe-*m'*o corpo”, “que *mh*-á mais a tolher?”). Ainda mais, comparando os alomorfes registrados em A com os de B / V, vê-se que são intercambiáveis: “a quen *m'* assi desanparou” (A) / “a quen *mh*-assi desemparou” (B); “que *mi*-ar fez poren” / “que *m'*-ar fez poren”. Nota-se também que B / V se distinguem graficamente entre *mi*, forma plena do dativo, que aparece diante de pausa ou consoante, e *mh*, alomorfe antevocálico ligado {m̄i}.

Retomando a explicação que se acaba de dar, é necessário ter em conta que, no códice da Ajuda, *mi* representa o alomorfe ligado {m̄i} e isso não causa confusão, pois, no sistema pronominal correspondente, {mi} não é registrado como forma plena de dativo. Precisamente, a grafia *mh*, própria de B / V, permite nesses códices diferenciar a forma plena do dativo {mi}, representada por *mi*, do alomorfe semivocálico {m̄i}, representado por *mh* (é importante conferir as respectivas representações do adjetivo possessivo feminino da P1: *mia* em A / *mha* em B e V).

A prática editorial mais corrente dos textos trovadorescos prescinde da grafia <mh> dos códices italianos, que é reconvertida como <mi>. Une-se a esse fato a tendência geral a considerar de modo indistinto e conjunto o que se comprova em A e em B / V, ignorando o fato de que refletem dois subsistemas linguísticos parcialmente diferentes, representados cada um por um sistema gráfico específico. O resultado disso é uma grande confusão, como a seguir se comprovará. É preciso levar em

consideração que o que acabamos de apresentar é uma versão simplificada de uma questão que é um pouco mais complexa, mas é necessário partir dela para entender a exposição que vem a seguir¹⁰.

O estado da questão, antes e depois do estudo de Rosa Virgínia Mattos e Silva

Procederemos agora a realizar uma breve revisão das contribuições que foram feitas sobre o nosso assunto nos estudos de gramática histórica do galego-português, do português ou do galego. Não remontaremos aos estudos mais antigos nem pretendemos realizar uma revisão exaustiva, mas recolher uma compilação das observações e explicações que nos pareceram mais dignas de nota, que serão comentadas criticamente. Seguiremos uma ordem cronológica para apresentar um panorama da evolução do conhecimento do tópico de que estamos tratando, de modo que nas citações dos distintos trabalhos, ao lado da referência à bibliografia que utilizamos de modo direto, remeteremos entre colchetes às edições mais antigas. Em cada caso, poremos o foco nas observações de caráter fonético e morfossintático relativas ao fenómeno em questão.

Começaremos por Oskar Nobiling, que em dois dos seus trabalhos relativos aos cancioneiros trovadorescos apresenta duas observações muito pertinentes. Esses trabalhos foram publicados originalmente em 1907; entretanto, vamos citá-los pela tradução portuguesa proposta recentemente pela professora Yara Frateschi Vieira¹¹. Na sua edição d' *As cantigas de Joan Garcia de Guilhade*, em nota à expressão “se Deus mi perdon”, Nobiling dá uma explicação concisa e acertada: “*mi* (<*mihi*>), forma átona com função de dativo, veio depois a ser substituída pela outra forma átona *me* (<*me*>), que nos Cancioneiros já começa a acumular as funções de acusativo e dativo” (NOBILING, 2007, p. 66). Por outro lado, no seu comentário à edição do *Cancioneiro da Ajuda* de Carolina Michaëlis, intitulado “Acerca do Texto e da Interpretação do *Cancioneiro da Ajuda*”, discutindo o desenvolvimento da abreviatura <9> em formas do tipo <u9>, estende-se numa exposição sobre as formas átonas e tônicas dos pronomes pessoais e afirma:

¹⁰ MONTEAGUDO, Henrique. Variación e cambio lingüístico no galego-português (séculos XIII-XIV): Os clíticos *me / mi* e *lle / lhi* e outras formas en <-e> final. *Boletín da Real Academia Galega*, n. 380, p. 289-381, 2019.

¹¹ NOBILING, Oskar. Acerca do texto e da interpretação do *Cancioneiro da Ajuda*. In: NOBILING, Oskar. *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e estudos dispersos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, (2007 [1907]). p. 173-218.

Não seria menos prática a diferenciação gráfica de *mi, ti, si*, átonos dos tónicos *mí, tí, sí*. Os primeiros encontram-se em todos os manuscritos ao lado de *me, te, se*, de maneira que *me, te, se* têm predominantemente função de acusativo e *mi, ti, si* átonos função de dativo, ou seja, são diretamente dedutíveis de *mī, tībī, sibī* (cf. *i < ibī, u < ũbī*). (NOBILING, 2007, p. 176-178)

Vê-se aqui não só uma atinada doutrina gramatical, mas também uma hipótese sobre a origem das formas em -i, à qual retornaremos.

No entanto, o autor é confuso num ponto concreto: o dos alomorfes assilábicos ligados do tipo {m̄i}: assim, indica que “*mi, ti, si, xi, lhi, me, te, che, se, xe e lhe* átonos ao meu ver nunca constituem sílaba antes de vogal: os casos em que isso parece acontecer são tão poucos que devem originar de erros de escrita” (Ibidem, p. 178). A primeira afirmação é correta, a segunda é errônea e provém de não se ter em conta que as grafias do tipo <mi> no *Cancioneiro da Ajuda* representam, via de regra, a forma ligada {m̄i} – não a átona plena {mi} –, que nos apógrafos italianos aparece representada como <mh>. O que acontece é que Nobiling interpreta erroneamente os casos em que no *Cancioneiro da Ajuda* aparece o alomorfe {m̄i}, representado como <mi>, ao passo que as réplicas de B / V apresentam o alomorfe reduzido {m}, como se vê na fundamentação do seu raciocínio, análogos aos que antes salientamos (exemplos 2a/2b e 4a/4b): “*ei-mi* assi mia coit’a endurar” (A) / “*ei-m’assi* mha coit’a endurar” (B); “que *mi* andan preguntando” (A) / “que *m’andan* preguntando” (B) (Ibidem, p. 178-179).

Dessa maneira, as observações críticas de Nobiling à edição do *Cancioneiro da Ajuda* de Carolina Michaëlis tinham um bom fundamento nesse aspecto concreto. As confusões da ilustre editora entre as formas átonas (com os seus alomorfes) e as tónicas é patente nas entradas do *Glossário do Cancioneiro* que publicou anos depois de mandar imprimir a edição do texto¹². Assim, na entrada correspondente ao pronome *me* (MICHAËLIS, 1920, p. 53) assinala corretamente que essa forma é “empregada em regra como complemento directo”, “mas também freqüentemente como complemento indirecto, expresso originariamente por *mi* (respectivamente *min*) na linguagem trovadoresca”. Ao se referir aos alomorfes {m} e {mi}, informa que o primeiro é “forma abreviada de *me* antes de vogal, sobretudo antes de *e, ei, eu* [...], mas às vezes também antes de *a-* [...] e de *-o*¹³”, relativizando que no último contexto, “mais freqüente é, todavia, o emprêgo da forma *mi*, produzindo-se então os ditongos *io* (*iu*), *ia*, sonoros, embora átonos” (Ibidem, p. 50 e 53).

Contrariamente, ao tratar da forma *mi*, considera-a como “forma tónica do caso oblíquo” do pronome pessoal, que pode funcionar como objeto direto e como complemento indirecto, já que pode

¹² MICHAËLIS de VASCONCELLOS, Carolina. Glossário do *Cancioneiro da Ajuda*. *Revista Lusitana*, n. 23, p. 1-95, 1920.

¹³ Por desvio evidente, o texto põe -e no lugar de -o.

aparecer “em companhia de outro pronome conjunto, em função de dativo”. Mas o suposto caráter tônico da forma não parece concordar com o que a própria editora afirma a respeito do seu “valor prosódico”, quando, depois de afirmar que “constitue sílaba antes de consoante” ou “antes de vogal acentuada”, observa que “seguido de vocábulo que seja mero monossílabo (*a* ou *o*) ou cuja sílaba inicial comece com *a* ou *o* (respectivamente, *ou*; *oi*) forma com essa uma única sílaba métrica, pelo processo de sinizese” (Ibidem, p. 55-56). Não se vê como um [í] tônico se converteria numa semiconsoante antes de um [a] ou [o] átonos. Por outro lado, é importante notar que para a estudiosa, a variante *xi* seria uma “mera transformação eufónica de *xe*” (Ibidem, p. 95).

No tocante a José J. Nunes, no seu *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, cuja primeira edição é de 1919 (nós citamos pela oitava, de 1975), os assuntos que nos interessam são tratados superficialmente. Assim, quanto ao -i final, faz uma observação muito breve, indicando que se registra em alguns vocábulos “na grafia do século XIV”, colocando uma sombra de dúvida sobre a sua verdadeira interpretação fonética¹⁴. Já nos pronomes pessoais, ao lado dos que exercem a função de complemento direto, menciona de modo um pouco confuso os que exercem a de complemento indireto, pois apresenta na mesma série as formas tônicas *mi*, *ti*, e a átona *lhe* (NUNES, 1975, p. 238-240). Sobre essa última, indica que “no português arcaico também se escrevia e decerto soava *lhi*, a sua forma mais antiga” (Ibidem, p. 238).

Quanto à forma da segunda pessoa, indica que “sofreu também influência da vogal seguinte o pronome *ti*, que se palatalizou, quando seguido de *a* ou *o*, em *cha* ou *cho*, donde se tirou depois *che*, forma que, no período arcaico, ocorre como equivalente do dativo chamado ético” (Ibidem, p. 239). Novamente, a explicação é pouco clara, tanto porque não se especifica se esse *ti* era tônico ou átono, quanto porque *che* não era empregado exclusivamente como dativo ético, como mais adiante veremos. Em relação aos verbos, menciona sem mais explicações a variação de certas formas do perfeito forte, principalmente na primeira pessoa: *fizi*, *fize*, *figi*, *fige* ou *fix*; *pusi*, *puse*, *pugi*, *puge* ou *pux*, *quisi*, *quige* ou *quix* (Ibidem, p. 312).

Diferente do tratamento superficial de Nunes, Joseph Huber, na sua magnífica *Gramática do Português Antigo*, publicada originalmente em 1933 (citaremos pela tradução portuguesa de 1986), considera a questão tanto do ponto de vista fônico como do morfossintático, e não se refere só aos pronomes, mas também aos verbos. Assim, ao tratar da evolução do -i do latim vulgar em final de palavra, indica que essa vogal se manteve “até ao princípio do século XIV, entre outros, nos seguintes casos: “*mihi* > *mi* (da mesma forma, muito provavelmente, *ti* < *tibi* e *si* < *sibi*)”, “no imperativo dos verbos em -*ir* (e -*er*)”, “na 1ª pessoa do singular dos pretéritos (fortes) acentuados no radical”, para os

¹⁴ NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Fonética e Morfologia. 8. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1975, p. 73.

quais põe como exemplos *estivi, ouvi, pudi, pugi, quigi, soubi, tivi* e também na segunda pessoa do singular do pretérito perfeito (*cantasti, partisti*)¹⁵. A única precisão que se pode fazer a respeito dessas observações se refere à cronologia do fenômeno, pois o -i final se manteve durante o primeiro terço do século XIV e, em alguns casos, até o seu final, como veremos.

Ao tratar do pronome pessoal átono, Huber recolhe as formas que aparecem na tabela 1, onde se pode comprovar que ele oferece um inventário completo e bem organizado, no qual se incluem as principais variantes e alomorfes, ainda que não sejam apresentadas maiores explicações (HUBER, 1986, p. 174-175). Também apresenta uma tabela completa das formas que se originam quando dois pronomes átonos se encontram: *mi o = mh-o, m'o; mi a = mh-a, m'a*, etc. (Ibidem, p. 177). Não se desenvolve na obra, talvez pelo seu caráter sintético, uma mínima explicação sobre as variantes nem os distintos alomorfes (ao contrário do que acontece com os clíticos de acusativo de terceira pessoa), salvo no caso de *chi, che* e *ch'* que, segundo o parecer do autor, que deve ser relativizado, “pertencem ao galego antigo” (Ibidem, p. 178).

Tabela 1 – Formas átonas do pronome pessoal

	ACUSATIVO	DATIVO
<i>Primeira pessoa</i>	me, m', mh-	mi, me, m', mh-
<i>Segunda pessoa</i>	te, t'	ti, te, t'; chi, che, ch'
<i>Terceira pessoa singular</i>	...	li, lhi, lhe, lh'
<i>Terceira pessoa plural</i>	...	lis lhis, lhes
<i>Reflexivo</i>	se, s'; xe, xi	si, s'; xi, xe, x'

Fonte: Huber (1986, p. 174-175).

Menos concreto e mais confuso que o professor alemão é Edwin Williams no seu sintético tratado *Do latim ao Português*, publicado em 1938, e que citaremos pela tradução de 1961. Quanto ao -i final, limita-se a indicar que o -i final do latim vulgar, procedente do clássico -ī, evoluiu para -e, trazendo como exemplos “*habuī > houve; amastī > amaste*” e “*īllī > lhe*”. Em seguida, essa afirmação é relativizada sem mais esclarecimentos: “Essa modificação não se completou até o início do século XIV”¹⁶. Na mesma linha, na exposição sobre a evolução dos perfeitos fortes o autor não faz referência às formas em -i, salvo o exemplo descrito **sēduī > sevi > sive*, sem mais explicações (WILLIAMS, 1961, p. 200-202). Ao tratar das formas do pronome pessoal do português arcaico, recolhe *mi, ti* e *si* como derivadas dos pronomes *mī* (por *mihī*), *tibi* e *sibi*, no caso da segunda e da terceira por intermédio do latim vulgar *tī* e *sī*, mas se refere a essas como usadas “como objeto de preposições” e, portanto, “sob acento tônico” (Ibidem, p. 149). Porém, nas explicações se torna confuso, ao afirmar “*mi* era apenas usado como dativo, mas nos cancioneros primitivos encontra-se gradualmente tomando a função de

¹⁵ HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 93.

¹⁶ WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986, p. 61.

dativo e acusativo conjuntivo”. Interpretamos a expressão “acusativo conjuntivo” como referência ao alomorfe ligado {m̄i} que aparece antes das vogais -a e o-, principalmente quando se produzem os encontros com os pronomes *o*, *a* (representados, como sabemos, como <mio>, <mia> no *Cancioneiro da Ajuda*, e como *mho*, *mha* nos apógrafos italianos). Em todo caso, voltaremos a detectar a mesma confusão que se registra, em outros autores, entre formas tônicas (com preposição) e formas átonas.

De algum modo, é interessante a explicação que o autor apresenta sobre a gênese das variantes do pronome dativo átono de terceira pessoa. Segundo ele, deve-se partir de uma forma primitiva *li* (reduzida do latim *illi*), que antes de vogal se transformou em uma forma ligada com iode, **li*, e daí surgiria a forma reduzida com consoante palatal [ʎ]. Até aqui, o exposto é doutrina comum. A inovação desse autor é que no plural ele parte do encontro do clítico dativo com acusativo, *illī-illu-*, que daria **li-ello*, a partir do qual surgiria [ʎelo]. Segundo a sua hipótese, a existência de *lle-lo* reforçaria por um lado a formação de um singular [ʎe], originado da forma reduzida [ʎ], e por outro de um plural [ʎes], construído sobre a forma do singular, e que substituiria a forma primitiva de plural *lis* (< lat. *illīs*) (Ibidem, p. 158). Nesse sentido, Williams pensa que [ʎi] também partiria do alomorfe antevocálico reduzido {ʎ}, tomando o -i por analogia com *mi*, *ti*, que ele define como “formas conjuntivas”, ou seja, alomorfes ligados. Dessas explicações, parece-nos especialmente pertinente a que se refere à origem de [ʎelo] e sua influência na manutenção das variantes [ʎe] e sobretudo [ʎes], que em Portugal conviveram com as majoritárias [ʎi] e [ʎis], pois isso ajudaria a explicar o fato, à primeira vista surpreendente, de que *lhes* e *lhelo* apareçam com frequência – com muita maior frequência que *lhe* –, coexistindo com *lhi* e *lhis* nos mesmos textos, como se mostrará mais adiante.

No seu estudo sobre *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, impresso em 1959, e que aqui será citado pela edição de 1984, Lindley Cintra refere-se ao -i final que se registra em *mi*, *li* e formas verbais como *jurasti*, *firmasti* nos foros de Alfaiates e Castelo Bom, relacionando-as com formas análogas do asturo-leonês e chamando atenção para os Foros de Cáceres da primeira metade do século XIII, onde também ocorrem abundantes formas *li* e, mais raras, *fezisti*, *firmesti*¹⁷. Finalmente, volta-se sobre as formas átonas *mi*, *li*, sinalizando que “o -i final é, tanto no dativo da 1ª pessoa como no da 3ª, corrente em português arcaico. As formas terminadas nesta vogal predominam nesta função durante todo o século XIII, sobre as formas em -e: *me*, *te*, *se*”, mencionando a aparição de formas semelhantes em textos leoneses, e esporadicamente em textos castelhanos setentrionais (somente da terceira pessoa *li*), que são muito abundantes em La Rioja alta e em falares navarro-aragoneses, onde perduram até o

¹⁷ CINTRA, Luís F. Lindley. *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, p. 208-210, 387-388.

século XV¹⁸. É especialmente interessante das observações de Cintra essa referência a outras variedades hispânicas, que situam o fenómeno português no contexto românico peninsular.

Passamos agora a referir-nos ao trabalho de Clarinda de Azevedo Maia, *História do Galego-Português*, concentrado no estudo linguístico comparativo de uma ampla e representativa coleção de documentos galegos, num total de 136, datados de 1255 a 1516, e de uma amostra mais reduzida de documentos das províncias setentrionais portuguesas do Minho e Douro Litoral, num total de 31, datados de 1281 a 1484¹⁹. Ao tratar do vocalismo final, a autora assevera taxativamente que “a região que nos ocupa conheceu inicialmente uma distinção entre os fonemas da série anterior /e/ e /i/” e especifica: “o fonema /i/ surge apenas nalgumas formas pronominais, nalgumas formas verbais e em algumas palavras invariáveis” (MAIA, 1986, p. 521-522).

Os dois primeiros grupos são os que interessam aqui. Ao tratar dos pronomes pessoais, a pesquisadora se refere às formas átonas *me* e *mi*, sem distingui-las do ponto de vista morfossintático, e confunde o *mí* tônico livre acusativo com o *mi* átono dativo (Ibidem, p. 668)²⁰. As duas formas aparecem em um mesmo documento do Minho, datado em 1317: “por que ella ha de manteer mj [*mí tónico acusativo*] sobredicto Petro Dominguiuz... asi como ella tever por ben et dar mj [*mi átono dativo*] de vestir”. Em defesa da ilustre estudiosa, é necessário ter em conta que, na coleção de documentos que ela publica, as formas de *mi* átono dativo são muito escassas.

Quanto às formas átonas de dativo da P3, Maia estabelece claramente a distribuição territorial de formas em -i e em -e, distinguindo “as formas que conservam -i e que surgem na província de Pontevedra e na região portuguesa estudada [Minho e Douro Litoral]”, como *li*, *lli*, *lis*, *lhi* e *lhis* (simplificamos as grafias), e por outro lado as formas em -e, como *le*, *lle* e *lles*, que aparecem desde o século XIII na maior parte do território galego, particularmente das províncias da Corunha, Lugo e Ourense, mas também em Pontevedra, alternando nesta última com as formas em -i (Ibidem, p. 521). As segundas, isto é, as finalizadas em -e, aparecem também em território português, contudo com frequência escassa. Em resumo, sublinha: “Saliente-se que as formas com <i>, as mais arcaicas, ocorrem sobretudo durante o século XIII e a primeira metade do século seguinte na região portuguesa e na província galega de Pontevedra” (Ibidem, p. 670). Interessa a caracterização dessas formas como mais arcaicas, pois encontra-se na mesma linha de considerar o -i como primitivo.

¹⁸ Ver CINTRA (1984, p. 398-399); cf. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Orígenes del español*. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI. Madrid: Espasa, 1999, p. 341-342.

¹⁹ MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

²⁰ Sobre as formas tônicas não ligadas, ver MONTEAGUDO, Henrique. Os pronomes tônicos oblicuos libres *min* e *mí* nos cancioneros trobadorescos. *Revista Galega de Filoloxía*, v. 20, p. 91-118, 2019.

No que tange às formas verbais, Maia só registra ocorrências da primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo já que o tipo de textos que ela edita não dá oportunidade para que se utilizem as de segunda pessoa. Nesse caso, volta a ser constatada uma distribuição geográfica semelhante à anterior (Ibidem, p. 745-749): ao lado das formas que apresentam a perda da vogal final (do tipo *fiz*), que aparecem no conjunto do território ao longo de todo o período, as formas em -i são as únicas no território português nos séculos XIII e XIV, enquanto no território galego aparecem quase exclusivamente no sul de Pontevedra e unicamente em documentos do final do século XIII e os primeiros anos do XIV, até 1302; por outro lado, as formas em -e, que não são registradas nos documentos portugueses, são as que aparecem em todo o território galego ao longo do período analisado, com a exceção parcial indicada (Ibidem, p. 522)²¹.

A contribuição mais relevante para o estudo da variação nos pronomes *me / mi* e *lle / lli* feita a partir da análise dos textos galegos medievais se deve a Rosario Álvarez²². A autora explica a origem de *lli* a partir da palatalização de *li* antes de vogal, e a forma *lle* a partir do *ll'* antevocálico, por analogia com *me* e *te* propiciada “pola alomorfia destas”, e acrescenta:

no século XIII, xunto a *me* (<ME) e *te* (<TE), desenvolvéronse as variantes minoritarias *mi* e *ti* a partir de contextos antevocálicos; as equivalencias *quanto mi / ti achou = quanto me / te achou* abonda para explicar que se establecese por analogía *quanto li — lli achou = quanto le — lle achou, quanto li — lli deron = quanto le — lle deron* (ÁLVAREZ, 1994, p. 141).

De nossa parte, pensamos que uma análise acurada da situação nos Cancioneiros e de uma amostra de documentação enriquecida por edições surgidas em tempos recentes, e portanto mais ampla que Álvarez pôde pesquisar, leva a considerar *mi* e *ti* como formas primitivas de dativo (não como variantes alomórficas contextualmente condicionadas), e portanto derivadas diretamente das formas de dativo latinas *mihī > mī* e *tibī > *tī*, e , na mesma linha, *li* derivaria de *illī > lī* , e *lli* seria analógica tanto de *li* (variante com que conviveu durante um tempo) como de *mi* e *ti* (MONTEAGUDO, 2019a). Em justificativa de Álvarez, é preciso sublinhar que ela não pôde ter acesso a textos muito relevantes que foram editados nos anos posteriores ao seu estudo, e além disso, como ela mesma assinala: “non expurgamos textos antigos portugueses [...] a pesar de sermos conscientes da importancia de coñece-la evolución da lingua irmá” (ÁLVAREZ, 1994, p. 138). Por outro lado, ela é a primeira a observar explicitamente que “Cómpre lembrar [...] que *lle* (con menor frecuencia *le*) é a forma do *Cancioneiro da Ajuda* e das *Cantigas de Santa Maria*, en tanto que nos *Cancioneiros* que parten ca compilación do Conde de Barcelos se recolle, agás excepcións, *lli*” (Ibidem, p. 141).

²¹ Ver também MAIA, 1986: *ouve* (p. 771), *dizi*, (p. 781), *figi - fige*, (p. 793), *pugi - puge*, (p. 804), *tive*, (p. 837), *trouxe*, (p. 842).

²² ÁLVAREZ, Rosario. As formas de dativo e a expresión do número no galego medieval. *Verba*, n. 21, p. 133-166, 1994.

Por último, recolheremos a breve referência de Martins ao dativo *mi*: “a distinção entre o pronome acusativo *me* e o pronome dativo *mi* não se encontra senão nos primeiros textos, como o testamento de Afonso II, de 1214”²³. A citação demonstra até que ponto é necessário precisar a cronologia dessas formas de dativo, questão que, por outro lado, se prende a outra muito espinhosa, que é a da pronúncia das vogais palatal e velar átonas finais no galego-português, geralmente representadas com <e> e <o>, e a datação das realizações elevadas, como <i> e <u> respectivamente, próprias das distintas variedades do português²⁴. Voltaremos a esse assunto na conclusão do presente trabalho.

Recapitulando, da revisão que fizemos podem ser extraídas informações parciais muito valiosas, mas vemos que é bastante habitual que se conjuguem análises firmes em alguns aspectos com observações confusas ou imprecisas em outros. Estas atingem sobretudo os pronomes pessoais, nos seguintes aspectos, que já foram especificados:

- (1) Distinção entre formas tônicas e formas átonas. Essa distinção é dificultada porque, no âmbito dos hábitos gráficos do galego-português medieval, não se sinalizava graficamente o traço de tonicidade / atonicidade. Além disso, as formas tônicas como {mí}, {tí} e {sí} não só apareciam regidas por preposições, mas também eram formas livres, que podiam exercer funções próprias de acusativo e dativo sem preposição, salvo o fato de que na P1 como dativo livre nunca se registra *mí*, mas *min*; por outro lado, como acusativo ocorrem tanto *mí* como *min*. Isso introduz um elemento de confusão difícil de resolver²⁵.
- (2) Identificação dos alomorfes das formas átonas. As formas átonas apresentavam alomorfes, condicionados contextualmente: assim, ao lado das formas plenas, *me* / *mi*, *te* / *ti*, *lle* / *lhi*, ocorrem alomorfes reduzidos como {m}, {t}, {ll}, que não apresentam maiores complicações, e alomorfes ligados, com semivogal. O caso de {se} é diferente, pois a forma primitiva {si} antes de vogal deu lugar a {x}, de onde se originaram {xe} e {xi}, enquanto só excepcionalmente se registra {xi}. No caso da primeira e da segunda pessoas, os alomorfes {m̃i} e {t̃i} podem ter uma representação gráfica indistinta das formas plenas, isto é, <m̃i> e <t̃i>, o

²³ MARTINS, Ana Maria. Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (org). *Manual de lingüística portuguesa*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2016. p. 1-39, p. 13.

²⁴ MARTINS, Ana Maria. Para a história do vocalismo átono português: a propósito do testamento de Afonso II de 1214. *Revista Portuguesa de Filologia* n. 25, p. 295-319. (2003-2006). Cfr. CARVALHO, Maria José (2005): On the origin of the final unstressed [i] in Brazilian and other varieties of Portuguese. New evidence in an enduring debate. In: MOGENSEN, Jens Erik; JENSEN, Eva Skaftø; FORTESCUE, Michael; SCHØSLER, Lene (org.). *Historical linguistics 2003*. Selected papers from the 16th International Conference on Historical Linguistics (Copenhagen, 11-15th August 2003). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 47-60.

²⁵ MONTEAGUDO, Henrique. Os pronomes tônicos obliquos livres *min* e *mí* nos cancioneros trobadorescos. *Revista Galega de Filoloxía*, v. 20, p. 91-118, 2019b.

que é uma fonte de confusões: principalmente o alomorfe {m̃i} da forma de acusativo {me}, representado como <mi>, pode ser interpretado como a forma plena de dativo {mi}, de maneira que pareceria que {mi} podia exercer funções de acusativo, o que é errôneo.

- (3) Explicação diacrônica das formas em -i: as formas tônicas indiscutivelmente remontam às formas de dativo do latim *mihi, tibi, sibi*, que, no latim vulgar/protorromance, já foram reduzidas a *mi, ti e si*. As formas átonas *mi* e *ti*, assim como *lhi*, devem ter também sua origem nas formas de dativo *mi, ti e li*, isto é, são originárias do e não formadas no romance a partir dos alomorfes reduzidos {m}, {t}, {ʎ} por analogia com as formas tônicas.
- (4) A distribuição territorial e a diacronia dessas formas começam a aparecer delimitadas: as formas em -i (tanto dos pronomes como a dos verbos) são originárias e as próprias, de modo majoritário ou quase exclusivo, dos textos produzidos até o começo do século XIV em Portugal e na faixa fronteiriça da Galiza, enquanto nos textos galegos as formas em -e são gerais desde o começo do registro escrito do romance.

O estudo de Mattos e Silva e o testemunho dos *Diálogos de São Gregório*

O estudo linguístico das versões portuguesas dos *Diálogos de São Gregório*, centrado na versão mais antiga, que Rosa Virgínia Mattos e Silva realizou é do maior interesse para o que nos propomos desenvolver neste texto. Essa versão é documentada por um manuscrito que a estudiosa considera ser sem dúvida do século XIV e com menos segurança ser anterior ao último quarto desse século (MATTOS e SILVA, 1989, p. 56-60). Nesse estudo, é apresentada uma análise demorada de várias das questões em foco. Assim, ao se referir à variação -e / -i átonas em final de palavra (Ibidem, p. 73-75), menciona as variantes *tarde / tardi* e as formas *ameudi, sangui e alti*, mas sobretudo chama a atenção para o morfema de número-pessoa da P2 do pretérito perfeito (“Querida, padre, que *mi* contasses algumas cousas daqueles beens que *visti* ou *ouvisti*”), que na obra em estudo aparece sempre grafada como -*sti* (88 ocorrências segundo a autora, mas em nosso cômputo se elevam à cifra de 92 registros).

Quanto às formas do tipo *soubi, trouxe, ouvi, pudi* (às quais haveria que acrescentar *dixi* e *figi*), mostra-se uma descrição errônea, já que são apresentadas como formas da P3, e não da P1. Além disso, o fenômeno aparece definido no âmbito do “perfeito de indicativo da 2ª e 3ª conjugações” (Ibidem, p. 74), quando na verdade se limita a alguns perfeitos fortes.

A autora também se refere às segundas pessoas do imperativo dos verbos da segunda conjugação, que no texto estudado aparecem sempre com -i: *avi, bevi, colhi, entendi, escolhi, meti, recebi, screvi, temi, verti...* (Ibidem, p. 74). Surpreende que a linguista se mostre indecisa sobre a interpretação das grafias com <i>, já que hesita entre uma explicação etimológica (imitação do latim), e outra fonética (pronúncia alta da vogal), quando parece óbvio que a segunda explicação é a mais lógica.

Além disso, Mattos e Silva se refere à série de pronomes pessoais átonos *me – mi, te – ti, se – si – xi, lhe – lhi e lhes – lhis*, voltando a expressar dúvidas sobre a possível interpretação do fenômeno:

[...] como esses pronomes continuam formas pronominais do acusativo ou do dativo latino pode ser que essa variação gráfica reflita as grafias em *e* do acusativo latino e as grafias em *i* do dativo latino. Por outro lado, tais grafias alternativas no códice podem também querer indicar uma articulação da vogal final que não seria nem a do *e* nem a do *i*, quando em posição acentuada. Essa especulação se torna impossível de ser comprovada, sobretudo tratando-se de um documento em prosa. (Ibidem, p. 75)

Porém, quando volta ao assunto na seção dedicada à morfossintaxe dos pronomes pessoais, oferece uma explicação que obriga a descartar a segunda hipótese, isto é, a de que a variação gráfica entre -e e -i nesse contexto reflete uma pronúncia da vogal intermediária entre [e] e [i].

Assim, a autora distingue as formas que exercem as funções de complemento sem preposição das que são regidas por preposição; mas, segundo sua explicação, “as formas *mi* e *ti* ocorrem quase que exclusivamente correspondendo ao dativo latino com verbos tais como *dizer, rogar, contar, falar, demonstrar, demandar, dar, enviar, prazer, semelhar*; no entanto *me* e *te* também ocorrem com esses verbos, em variação livre” (Ibidem, p. 215). Por outro lado, assinala que, como complemento direto, se usam sempre *me, te*, nunca *mi, ti*; além disso, segundo ela, *me* é a única que aparece com verbos pronominais e nos casos de reflexivização (*maravilhar-se, nembrar-se, converter-se...*). Portanto, conclui acertadamente: *me / mi* “estão parcialmente em distribuição complementar, porque variam livremente em determinado contexto sintático” (Ibidem, p. 216). Obviamente, se as formas *me* e *mi* têm distintas funções, teria de existir uma oposição fonológica entre a pronúncia das vogais [e] e [i] em posição átona final.

Porém, de um modo um pouco surpreendente, Rosa Virgínia volta a referir-se a essas formas como se se tratasse de simples variantes gráficas: “Assim as grafias *me / mi* e *te / ti* estão parcialmente em distribuição complementar porque variam livremente em determinado contexto sintático [*dativo*], mas em outro [*acusativo*], *me, te* são exclusivos” (Ibidem p. 216). Quanto às formas que ela denomina apocopadas, especifica que o alomorfe {m} aparece antes da vogal e-, enquanto {mh} ocorre antes das vogais -a e -o.

De fato, os textos literários produzidos em Portugal no século XIV refletem uma situação muito semelhante à testemunhada por B / V, embora o sistema gráfico desses cancionários seja mais cuidadoso na representação da cadeia falada, pois afinal se tratava de transcrever o texto de canções. Isso se comprova nos manuscritos do *Diálogos de São Gregório*, do *Flos Sanctorum* e do *Livro das Aves*. Como assinalou Mattos e Silva, nos *Diálogos mi* e *me* se encontram em variação livre para as funções próprias do dativo da P1, mas a forma claramente preferida é {mi} (151 registros) em comparação a {me} (66 registros), o que significa que mais de dois terços (70%) de ocorrências de dativo são representadas pela forma específica mi²⁶: “Da-*mi* meus soldos en ouro que *mi* tomasti!”; “Pois *mi* tu contasti, padre, tan gram miragre que el fez e que foi tan apregoadado, direito he que *mi* contes e que *me* fales de sa humildade que tragia asconduda en sa alma”. Ambas as formas podem aparecer antes de vogal ou antes de consoante: “dade-*mi* aqueles meninhos”; “Quando *me* acaece que ouço alguma boa cousa...”. Quanto a isso, deve-se ter em conta que o fato já apontado de que os textos em verso estão muito mais vinculados à representação da pronúncia do que os textos em prosa, de modo que o alomorfismo aparece refletido na escrita com mais precisão naqueles que nestes.

Assim, nos *Diálogos* não se registra o alomorfe ligado {m̄i} do acusativo, e em geral a frequência na representação tanto desse alomorfe quanto do alomorfe reduzido {m} é muito baixa. No entanto, registram-se 22 ocorrências do alomorfe antevocálico ligado {m̄i}, sempre como dativo, escrito <mh>, das quais 19 correspondem aos encontros com o clítico acusativo de terceira pessoa (*mh-o*, *mh-a...*). Também se registra uma ocorrência do alomorfe {m} diante de e-: “ca muitas vegadas cuidei en esso que *mh-ora* dissisti”, “tragia huuns ferros pera meezinhar e pos-*mh-os* na lengua”, “E huum miragre que *m’el* a min confessou”.

Na P2, a forma preferida de dativo é {ti} (73 ocorrências), que aparece em posição proclítica e enclítica, antes de consoante e de vogal, apesar de nesse último contexto esse alomorfe ser mais frequente antes de -e (14 ocorrências) e não antes de -a e -o (5 ocorrências): “E pera saberes que *ti* digo verdade, afirmando que fui no ceo, sábi que *mi* deron alá don pera poder falar todolos languageens”; “Cofujon, cofujon, padre Stevan, *ti* acaeceu!”; “peço-*ti* por mercee que *mh-o* contes”; “confesso-*ti* e digo-*ti* en verdade...”, “*Fazi* tu como *ti* eu *dixi*, ca o teu muimento nos receberá ambos”. A forma {te}, por um lado, apresenta 4 registros, se descontamos os 41 que correspondem à frase formular *rogo-te*, tendo em conta que esse verbo aparece nos *Diálogos* regendo *me* na P1 e *o / a* na P3²⁷. A forma reduzida {t} oferece 2 registros, ambos enclíticos e antes da vogal e-. Ademais, nesse texto também aparecem as formas de dativo {che} (1 ocorrência) e {ch} (8 ocorrências, 6 delas antes das vogais -o e -a): “mostrou-*che* Deus as cousas que ham de viinr”; “manda-o a min e eu *ch’o* darei”.

²⁶ As observações de Mattos e Silva no estudo deste texto (1989, p. 73-75 e 214-222) já foram comentadas previamente.

²⁷ Na P3 *rogar* rege *o / a* (24 registros), mas também excepcionalmente *lhi, lhis* (4 ocorrências).

Em resumo, a forma mais frequente é {ti}, tanto antes de vogal como de consoante. Além disso, é a preferida antes da vogal -e. A forma {te} aparece com uma frequência muito baixa, e {ch} é a preferida antes das vogais -a e -o, principalmente no encontro com os pronomes acusativos átonos de terceira pessoa (*ch'o*, *ch'a*). Nesse sentido, como anteriormente comentamos, deve-se relativizar a afirmação de Huber, segundo a qual as formas de tipo *che*, *ch'* são galegas, pois também aparecem, ainda que de modo minoritário, em textos portugueses.

Finalmente, no que se refere aos clíticos da P3, nos *Diálogos de São Gregório* as variantes *lhi* e *lhis* são esmagadoramente majoritárias sobre *lhe* / *lhes*: 695 ocorrências de *lhi* e 147 de *lhis* (às quais devem ser somadas uma de *lhi-lo* e duas de *lhi-la*), em comparação a 63 de *lhe* e 26 de *lhes* (90% de frequência das formas em -i). A frequência relativa de *lhi* comparada à de *lhe* (92%) é maior que a de *lhis* em relação a *lhes* (85%). Quanto à forma reflexiva de terceira pessoa, *xi* tem cinco ocorrências, enquanto *xe* não é registrada: “E pois o santo homem deu muitas graças polo pan que *lhi* enviaron non *xi lhi* ascondeu a poçonha que dentro andava asconduda”; “non sei como *xi* ha nome”.

No que toca às formas verbais que interessam ao nosso estudo, na P1 do pretérito perfeito do indicativo as formas em -i são as únicas que aparecem, exceto no caso dos verbos *dizer* e *fazer*, em que de todo modo as variantes em -e são ocasionais: *dixi* (16) / *dixe* (1), *figi* (16) / *fizi(-o)* 1 / *fige* (3), *ouvi* (4), *pudi* (4), *soubi* (11), *trouxi* (1). O mesmo acontece na P2, onde só se registram formas em -i, com um total de 94 ocorrências.

A título ilustrativo, oferecemos dados de outros vocábulos: *tardi* (4), *alti* (4), *sangui* (18) / *sangue* (12), *outrin* (6) / *ouren* (4). À vista desses dados, chama a atenção o caso de *longe* (30).

A situação apresentada pela versão galego-portuguesa trecentista do *Flos Sanctorum*²⁸ é muito similar à que acabamos de expor. Na primeira pessoa, *mi* é registrado com uma frequência muito superior ao *me* dativo (ver a tabela 2). O mesmo acontece com o alomorfe ligado {m̃i} em relação ao reduzido {m}. Na segunda pessoa, a forma *ti* é amplamente preferida em comparação a *te*, do mesmo modo que {ch} em relação a {t}. Também é registrado o alomorfe {chi}, que corresponde ao {che} dos *Diálogos*, cada um com uma ocorrência. Na terceira pessoa, a forma *lhi* é esmagadoramente dominante, igual ao que acontece com *xi* em relação a *xe*. Tendo em vista esses dados, parece que o *Flos Sanctorum* reflete um estágio linguístico um pouco anterior ao dos *Diálogos de São Gregório*, em que, em todo caso, o dativo retinha claramente as suas formas próprias, e as variantes em -i da P3 predominavam amplamente sobre as em -e.

²⁸ MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Um «Flos Sanctorum» trecentista em português. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

Tabela 2 – Frequência de distintas variantes e alomorfes nos *Diálogos de San Gregório e no Flos Sanctorum*

	mi	me	m'	m̃i	ti	te	che	chi	ch'	t'	lhi(s)	lhe(s)	xi	xe
<i>Diálogos</i>	151	66	1	22	73	4	1	—	8	2	842	89	5	—
<i>Flos</i>	288	61	2	24	119	10	—	1	25	2	1.024	33	15	2

Fonte: Elaboração própria.

O que acabamos de expor é plenamente congruente com a situação que se verifica nas formas verbais de P1 e P2 do pretérito perfeito, nas quais não se registram variantes com -e. Na P1, as formas nas quais ocorrem são as seguintes, com as frequências correspondentes: *dixi* (69), *estivi* (1), *figi* (7) / *fizi* (11), *ouvi* (26), *pudi* (6), *pugi* (3), *soubi* (1), *tivi* (2). Quanto à P2, são registradas 103 formas em -*sti*.

Finalmente, no *Livro das Aves*, datado imprecisamente do século XIV, *lhi* é a única forma do clítico da P3 (11 ocorrências), enquanto *lhis* é amplamente majoritária (6 ocorrências), mas também se registra uma ocorrência de *lhes* e outra de *lhe-lo*.

Conclusão

Como já assinalamos, a situação que os textos produzidos em Portugal antes da metade do século XIV apresentam não deixa dúvida quanto à manutenção do [i] átono final procedente do latim -ī, com uma realização fonologicamente diferenciada do [e] átono na mesma posição. Por outro lado, na maior parte das variedades do subsistema galego, essa oposição não se verifica nem sequer nos escritos romances mais antigos (MONTEAGUDO, 2019a). O contraste entre as grafias dos textos produzidos na Galiza e dos produzidos em Portugal é inequívoco, e a oposição funcional entre os clíticos da P1 *mi* dativo e *me* acusativo, que ainda se mantém nas primeiras décadas do século XIV, não deixa dúvidas quanto à oposição fonológica entre as duas vogais em posição final. Eis um traço diferenciador entre os dois subsistemas que até hoje foi ignorado.

Por outro lado, a situação apresentada pelas variantes em -i de todos os vocábulos que consideramos, e muito particularmente o emprego majoritário de {mi} e {ti}—{ch'} como formas distintivas do clítico do dativo da P1 e da P2 respectivamente, é plenamente compatível com uma cronologia recuada tanto da versão do *Flos Sanctorum* quanto da versão A dos *Diálogos de São Gregório*. Talvez um estudo mais minucioso de outros traços scriptolinguísticos dos textos permita precisar melhor a cronologia, mas com o que já sabemos, pode-se descartar com uma razoável segurança que esses textos tenham sido redigidos na segunda metade do século XIV, já que refletem o estágio da variedade portuguesa – ou subsistema português – do romance galego-português no

primeiro terço do século XIV. Desse modo, é bastante provável – especialmente no caso do *Flos* – que tenham sido produzidos durante o período dionisino, isto é, no primeiro quarto do século.

Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ, Rosario. As formas de dativo e a expresión do número no galego medieval. *Verba*, n. 21, p. 133-166, 1994.
- CARVALHO, Maria José. On the origin of the final unstressed [i] in Brazilian and other varieties of Portuguese. New evidence in an enduring debate. *In: MOGENSEN, Jens Erik; JENSEN, Eva Skafte; FORTESCUE, Michael; SCHØSLER, Lene (org.). Historical linguistics 2003. Selected papers from the 16th International Conference on Historical Linguistics (Copenhagen, 11-15th August 2003). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 47-60.*
- CINTRA, Luís F. Lindley. **A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.
- HUBER, Joseph. **Gramática do português antigo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Diálogos de São Gregório**. Edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: Edufba, 2008.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Um «Flos Sanctorum» trecentista em português**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Diálogos de São Gregório**: edição semidiplomática. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17923>. Acesso em 18 jan. 2021.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português**. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- MARTINS, Ana Maria. Para a história do vocalismo átono português: a propósito do testamento de Afonso II de 1214. **Revista Portuguesa de Filologia** n. 25, p. 295-319. (2003-2006).
- MARTINS, Ana Maria. Introdução: O português numa perspectiva diacrónica e comparativa. *In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (org.). Manual de lingüística portuguesa*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2016. p. 1-39.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas**. 2 v. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Diálogos de São Gregório. *In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p. 215-216.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Orígenes del español**. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI. Madrid: Espasa, 1999.

- MICHAËLIS de VASCONCELLOS, Carolina. Glossário do *Cancioneiro da Ajuda*. **Revista Lusitana**, n. 23, p. 1-95, 1920.
- MONTEAGUDO, Henrique. Variación e cambio lingüístico no galego-português (séculos XIII-XIV): Os clíticos *me / mi* e *lle / lhi* e outras formas en <-e> final. **Boletín da Real Academia Galega**, n. 380, p. 289-381, 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.32766/brag.380.775>. Acesso em 12 jan. 2021.
- MONTEAGUDO, Henrique. Os pronomes tónicos oblicuos libres *min* e *mí* nos cancioneiros trobadorescos. **Revista Galega de Filoloxía**, v. 20, p. 91-118, 2019b. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/rgf.2019.20.0.5921>. Acesso em 14 jan. 2021.
- ROSSI, Nelson; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS, Rosa Virgínia; SAMPAIO, Vera Lúcia. **Livro das Aves**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- SILVA NETO, Serafim da. **Textos medievais portugueses e seus problemas**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e cultura, 1956.
- NOBILING, Oskar. Acerca do texto e da interpretação do *Cancioneiro da Ajuda*. In: NOBILING, Oskar. **As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e estudos dispersos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, (2007 [1907]). p. 173-218.
- NUNES, José Joaquim. Textos antigos portugueses. **Revista Lusitana**, n. 25, p. 231-250, 1925.
- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Fonética e Morfologia. 8. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1975.
- WILLIAMS, Edwin B. **Do latim ao português**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986.